

Expropriação dos territórios kaiowá e guarani: Implicações nos processos de reprodução social e sentidos atribuídos às ações para reaver territórios - *tekoharã*

Levi Marques Pereira, UFGD¹

Introdução

O presente artigo aborda aspectos do processo de expropriação dos territórios kaiowá e guarani, cujas comunidades foram obrigadas a se recolher em reservas a partir da segunda década do século XX. Tal recolhimento atingiu a maior parte da população e resultou em sérias dificuldades para a reprodução social de suas comunidades, com implicações que perduram até os dias atuais. O artigo aponta alguns dos problemas sociais decorrentes da vida em reserva e a maneira como as lideranças buscam superar essa condição adversa. A principal estratégia das lideranças tem sido a de buscar reaver seus territórios tradicionais, a partir da convicção de que em tais espaços _ denominados de *tekoharã* _ as famílias desenvolverão formas de convivência mais harmônicas e integradas ao modo correto de viver – *teko katu*.

¹ O autor é graduado e licenciado em Ciências Sociais pela PUCCAMP, especialista em História da América Latina (UFMS), possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1999), doutorado em Ciências (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2004) e pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados, onde participa dos programas de pós-graduação em Antropologia e História. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Sul-americana, atuando principalmente nos seguintes temas: parentesco e organização social, educação indígena, antropologia da religião, infância e gênero, história indígena, terras indígenas e movimento social.

Criação das reservas e recolhimento das comunidades kaiowá e guarani

Entre 1915 e 1928 o Serviço de Proteção aos Índios – SPI requereu áreas de terras junto ao antigo estado de Mato Grosso e demarcou oito pequenas reservas destinadas ao recolhimento da população de centenas de grupamentos kaiowá e guarani que viviam no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul (MS). Essas oito reservas perfizeram um total de apenas 18.124 ha (Brand 1997). Naquele momento, o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro julgou necessário reservar espaços para recolher a população indígena e protegê-la do avanço desenfreado das frentes pioneiras de ocupação que, via de regra, provocavam a dizimação de inúmeras etnias indígenas. O recolhimento dos indígenas em reservas fazia parte da política indigenista do Estado brasileiro.

O espaço exíguo das reservas era considerado suficiente para o desenvolvimento de projetos econômicos voltados para a inserção dos Kaiowá e Guarani na economia regional enquanto “trabalhadores nacionais”, denominação que, no início, esteve agregada ao próprio nome no órgão indigenista brasileiro. Pensar o destino dos índios, enquanto futuros trabalhadores nacionais, expressa o lugar a eles reservado na estrutura de classes da sociedade brasileira do início do século XX: necessariamente deveriam abandonar suas práticas culturais para assumir a condição de trabalhadores nacionais, no interior da cultura nacional, considerada mais evoluída.

Além dos programas econômicos, que eram centrais e estratégicos na política indigenista oficial, várias outras iniciativas atuavam como apoio à promoção do que se entendia ser o grande projeto humanista de civilização dos índios. Programas de educação, de organização política das reservas e de cristianização eram considerados importantes aportes para a promoção da integração. Tais ações tinham como propósito assimilar os indígenas à comunhão nacional, demovendo-os do apego às suas formas culturais.

Desde seu início, as reservas kaiowá e guarani surgem como espaços destinados à promoção da assimilação forçada dos Kaiowá e Guarani à sociedade nacional. Não por acaso, a escolha de áreas para a localização das reservas de Dourados, Caarapó, Amambai, Limão Verde, Sessoró, Taquaperi, Porto Lindo e Pirajuí, deu-se em localidades próximas a incipientes núcleos de povoamento não indígena. A compreensão dos funcionários do SPI era de que a proximidade entre as áreas destinadas a se tornar reservas e os núcleos regionais de povoamento favoreceria a promoção da atenção aos postos e o atendimento aos índios, já que os funcionários do SPI teriam os povoamentos como base de apoio logístico e operacional. Os representantes do órgão indigenista consideravam ainda que a proximidade com os regionais favorecesse a integração cultural dos indígenas.

Em termos legais, a demarcação das oito reservas foi possível a partir da lei 725, de 1915, que permitia a legalização da posse de terras na área sob concessão da Companhia Matte Laranjeira. Entre 1915 e 1982, essa Companhia havia conseguido a concessão exclusiva do arrendamento de terras

para a atividade extrativista dos ervais nativos, que existiam em grande concentração, o que na prática dificultava o requerimento de terras por particulares. A área de arrendamento chegou a ser superior a meio milhão de hectares, retardando o estabelecimento de proprietários rurais na região e favorecendo a permanência de muitas comunidades kaiowá e guarani em territórios tradicionais.

A promulgação da lei 725, por um lado, permitiu que o SPI demarcasse reservas para os Kaiowá e Guarani, mas, por outro, deixou as terras livres para serem requeridas por particulares. Segundo o historiador Virgílio Corrêa Filho (1939), essa lei deu início à intensa disputa entre fazendeiros interessados em adquirir propriedades na região, sendo que, entre 1919 e 1924, foram registrados 356 títulos de terra, no então município de Ponta Porã, referentes a 620.700 hectares. A partir dessa lei, até a metade do século XX, Mato Grosso do Sul se transformou em campo de disputas violentas entre requerentes de terras, que não raro dispunham de homens armados para assegurar a posse da terra.

Entre 1928 e 1977 nenhuma nova área de terra foi destinada à ocupação dos Kaiowá e Guarani. Em todo esse período, o SPI e depois a FUNAI atuaram no sentido de promover o deslocamento das comunidades para o interior dessas reservas, com a intenção de liberar os espaços para a implantação das fazendas. Resulta daí que as oito reservas kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul constituem configurações demográficas e ecológicas artificiais, forjadas na necessidade dos órgãos governamentais de forçar o recolhimento dessa população em pequenas áreas para liberar o restante das terras para as frentes colonizadoras desenvolverem atividades agropastoris.

Avanço das frentes agropastoris sobre a ocupação indígena e alterações nos padrões organizacionais

Antes da expansão das frentes de ocupação econômica no sul de MS, os Kaiowá e Guarani viviam em pequenos núcleos locais, denominados, pela literatura, de família extensa ou parentela – *te'yi*. A população desses módulos organizacionais dificilmente ultrapassava uma centena de pessoas. As parentelas de determinada região estabeleciam alianças entre si por meio de redes de parentesco e cooperação festiva e ritual, instituindo a comunidade supralocal – *tekoha* ou *tekoha guasu*². Uma comunidade supralocal poderia ocupar dezenas de milhares de hectares, com atividades de agricultura, caça, pesca e coleta. As casas coletivas das parentelas de um *tekoha* estavam assentadas às margens de rios e córregos, distando entre si vários quilômetros, mas sempre interligadas por caminhos – *tape po'i*, que asseguravam a comunicação frequente (Pereira 2004).

²*Tekoha*, na formulação clássica de Melià, Grünberg & Grünberg (1976), significa o “lugar que vivemos segundo nossos costumes”. Normalmente o *tekoha* reúne de três a cinco parentelas. *Guasu* é o adjetivo que significa grande, de modo que *tekoha guasu* indica que o módulo organizacional é formado por várias parentelas, compondo comunidades específicas inseridas numa rede mais vasta de relações.

Documentos produzidos por funcionários do SPI atestam a resistência dos índios em abandonar suas antigas ocupações para se recolherem nas reservas. Tal resistência também foi documentada em estudos etnográficos de pesquisadores que passaram pela região, tais como Egon Schaden ([1962] 1974) e James Watson (1952). Nas páginas iniciais de seu clássico trabalho, “Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani”, Schaden (idem) registra as dificuldades de convivência entre parentelas recolhidas na reserva de Amambai, mas oriundas de distintos *tekoha*, nem sempre aliados. Registra, inclusive, a expulsão dos Guarani pelos Kaiowá, que recusavam os membros dessa etnia como corresidentes na reserva. Tensões e conflitos entre parentelas fazem parte do histórico de todas as reservas.

Enquanto espaço de ajuntamento artificial e compulsório de várias parentelas, a reserva só se tornou de alguma forma funcional e viável pela presença de agentes externos, como funcionários do governo ou missionários. Tais agentes externos eram compelidos a atuar como gestores de conflitos entre as parentelas e comunidades que dividiam a mesma reserva. É necessário ressaltar que alguns destes agentes externos acabaram desenvolvendo relativa capacidade para gerir os conflitos com certo grau de imparcialidade, mas, na maioria dos casos, eram extremamente autoritários e preconceituosos em relação ao modo de organização dos índios. De todo modo, os agentes externos foram e parecem continuar sendo indispensáveis para tornar viável a vida em reserva.

No período anterior à atual Constituição (1988), os funcionários do órgão indigenista oficial dispunham de grande poder de intervenção e determinação na resolução de conflitos internos. Era comum recorrerem ao arbítrio e ao uso da força policial. Dispunham de instrumentos para silenciar os conflitos e impor arranjos políticos para a população que vivia reservada. Em muitos casos documentados, quando uma parentela não se conformava com o arranjo imposto pelos funcionários do SPI/FUNAI, eles agiram diretamente, promovendo a remoção da parentela mais fragilizada para outra reserva. Em muitas reservas, os funcionários do órgão indigenista se aliavam a uma facção e apoiavam ou copromoviam a expulsão dos desafetos para outra reserva. O recurso da expulsão sempre teve eficiência limitada na resolução dos conflitos. Isto porque, até os dias atuais, as reservas estão constantemente recebendo e repelindo grupos de famílias, parentelas e comunidades, produzindo tensões e conflitos. Algumas parentelas se deslocaram por várias reservas, até se fixarem em margens de rodovias ou periferias de cidades; outras tomaram a decisão de retomar seus territórios de ocupação tradicional.

A imposição da autoridade do chefe de posto e do capitão indígena, por ele escolhido, confrontava com a organização social dos Kaiowá e Guarani. No sistema político destes índios, a maior parte das resoluções está restrita ao âmbito da parentela, liderada por um casal de velhos – *tamõi* e *jarýi*, que não dispõem de nenhum recurso coercitivo para impor o cumprimento de ordens, pois toda decisão deve passar pelo aconselhamento, convencimento e construção do consenso. Na reserva, o

mais comum é que os líderes de inúmeras parentelas não sejam reconhecidos pelo capitão e chefe de posto, empenhados em concentrar a autoridade sobre todas as parentelas aí recolhidas. Os descontentes eram tratados como desafetos e estavam/estão sujeitos ao constrangimento do uso da força.

Para as lideranças kaiowá e guarani, viver em reserva implicou em submeter-se a uma forma organizacional inteiramente nova, alheia ao modo culturalmente estabelecido de exercício do poder em suas comunidades. Na situação de reserva, a maior parte dos líderes de parentela teve seu prestígio diminuído, com exceção daqueles que passaram a ser reconhecidos pelos representantes do órgão indigenista oficial ou que conseguiram alianças estratégicas com agências externas que aí atuam. As atividades coletivas, que fortaleciam os laços de união entre os membros das parentelas, como os mutirões para preparação de solos para cultivos, caçadas coletivas, festas e rituais, passaram a ser cada vez menos frequentes, fragilizando os vínculos de agregação no círculo maior dos parentes. As parentelas maiores tenderam a se fragmentar em vários núcleos menores, os conflitos entre pessoas e grupos de famílias se intensificaram, provocando o deslocamento e a dispersão de muitos segmentos de parentelas.

As dificuldades em produzir meios de subsistência na reserva, com espaço para cultivo de roças e áreas de caça e pesca insuficientes para toda a população, impôs o trabalho dos homens adultos e jovens durante meses nas fazendas da região. Posteriormente, esse trabalho, denominado de *changa*, deslocou-se para as usinas de álcool, obrigando grandes contingentes de homens a se afastarem por longos períodos da convivência com seus familiares. O trabalho longe da família dificulta a participação dos homens adultos em eventos comunitários, como os rituais e festas. As lideranças são enfáticas em afirmar que esse afastamento passa a ser um forte fator de desagregação das famílias e parentelas, resultando no aumento do número de separações entre casais, entre outros problemas sociais.

A ausência dos homens por longos períodos, a degradação ambiental e a pouca disponibilidade de terras nas reservas dificultam o plantio de roças suficientes para arcar com os encargos que envolvem a realização das atividades políticas e rituais. Isto dificulta ou mesmo impede o desempenho dos papéis sociais, tanto masculinos como femininos, imprescindíveis ao fortalecimento e consolidação de parentelas emergentes, dificultando a replicação dessa modalidade organizacional ao longo do tempo. Compromete também o estabelecimento de redes ampliadas de alianças entre as parentelas que configuram um *tekoha*.

O argumento central na discussão aqui realizada é que as reservas não foram construções dos Kaiowá e Guarani, mas formas organizacionais impostas pelo Estado. Este dado parece óbvio, mas, desafiando o histórico da ação do órgão indigenista na região, não é levado em conta pela maioria das agências que atuam junto a essa população. Brand (1997) chama a atenção para o consenso tácito

de que “lugar de índio é na reserva”, estabelecido entre regionais e agências que atuavam entre os Kaiowá e Guarani ao longo do século XX. Essa formulação ganhou status de verdade e passou a justificar o deslocamento obrigatório dos indígenas para o interior das reservas, pois era lá que deveriam viver. Trata-se de componente ideológico vigoroso, hegemônico nas relações estabelecidas entre indígenas e regionais (gestores públicos, contratantes de mão-de-obra, donos de vendas, taxistas, pastores, etc.) e que também permeava e ainda permeia a maior parte das idéias e práticas indigenistas em MS.

Para os Kaiowá e Guarani, resolver os problemas políticos decorrentes da vida em reserva implica na constante revisão de seu sistema organizacional. No período anterior à promulgação da atual Constituição (1988), o principal dilema parece ter sido como assegurar a autonomia da parentela no sistema político imposto na reserva, que gravitava em torno da centralidade do poder do capitão e do chefe de posto. No período posterior à promulgação da atual Constituição, defrontam-se com a dificuldade de as agências indigenistas estarem preparadas para lidar com a organização política interna nas reservas, agora sem a presença do capitão, que supostamente responderia por toda a população da reserva.

Até algumas décadas atrás, o “capitão” indígena era nomeado pelo chefe de posto do SPI/FUNAI e atuava como personagem central, imprescindível para a funcionalidade do sistema de reserva. Tal figura foi formalmente destituída por portaria do presidente da FUNAI em 19 de abril de 2008, com cerca de vinte anos de atraso em relação à promulgação da Constituição, que estabelece novo paradigma para a política indigenista. Mesmo assim, o capitão indígena segue existindo na maioria das reservas kaiowá e guarani, possivelmente por inércia ou pela ausência de um processo de discussão entre lideranças, o órgão indigenista oficial e outras agências responsáveis (como o Ministério Público Federal- MPF) ou que prestam serviço em comunidades indígenas. Até o momento não foi discutido e implementado qualquer outro sistema de organização política nas reservas. Em cenário de total indefinição, as lideranças se debatem entre as agências do governo e da sociedade, procurando novas formas de gerir o espaço no qual suas comunidades se encontram confinadas.

Na ausência de outra referência de autoridade, as pessoas que vivem na reserva seguem procurando o capitão indígena para que ele resolva as questões que demandam a ação de alguma autoridade³. De todo modo, o capitão não dispõe de nada que corresponda a um aparelho burocrático-administrativo, nem mesmo de leis definidas ou de um corpo legislativo ao qual possa recorrer. Sofre ainda constante crise de legitimidade, enfrentando a oposição das parentelas que inevitavelmente ficam fora da composição política por ele articulada para assumir o cargo de capitão

³A pesquisadora Veronice Rossato, em comunicação pessoal, sugere que a figura do capitão se encontra em grande medida incorporada como tradição, uma vez que a tradição também é construída no decorrer das experiências históricas recentes, proposição com a qual concordo plenamente. A pesquisadora também reconhece a crise de legitimidade da instituição da capitania e as dificuldades enfrentadas pelos capitães na resolução dos problemas de convivência nas reservas.

e ter a prerrogativa na administração dos serviços da comunidade. Com a destituição formal do capitão e a extinção do cargo de chefe de posto da FUNAI, instaurou-se um vazio organizacional nas reservas, criando um ambiente favorável à expressão de conflitos e à prática impune de delitos.

A imposição compulsória da convivência em reservas superpovoadas gera muitos problemas sociais, tais como disputas entre vizinhos por terras para plantio, falta de alternativa de geração de renda, convivência forçada com parentelas lideradas por desafetos políticos, ambiente de vida desfavorável à prática de rituais necessários à promoção da convivência harmônica, altos índices de violência, etc. Muitos indígenas falam em desorganização social na reserva, reconhecendo que os líderes já não conseguem mais manter as pessoas unidas e motivadas a buscarem a convivência orientada pelos valores ético-religiosos – *teko porã*. Tais problemas chamam a atenção de muitas instituições do Estado e da sociedade, servindo de justificativa para inúmeros programas sociais. Estes programas e seus agentes são personagens incorporados à política interna das reservas e, em certo sentido, viabilizam minimamente a existência destes aglomerados gigantescos que, nos casos das reservas de Dourados e Amambai, ultrapassam dez mil pessoas. Entretanto, muitos destes programas, por serem mal concebidos e geridos de modo ineficiente, acabam potencializando conflitos internos e intensificando as dificuldades de convivência nas reservas, cuja configuração política é extremamente complexa, devido à sobreposição de muitas comunidades em um mesmo espaço, insuficiente para assegurar a reprodução física e cultural das parentelas.

Atualmente o órgão indigenista oficial se ausentou quase que totalmente das reservas e da interferência mais direta na organização política das reservas. Isto se deu por diversas razões, tais como: a) mudanças na própria legislação indigenista do país; b) entrada massiva de outras instituições (Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, secretarias de Prefeituras, secretarias do Governo estadual, ONGs, Universidades, missões, igrejas pentecostais indígenas e não indígenas etc.); c) o grau de complexidade interna atingido pelas reservas dificulta a coordenação dos processos políticos e a FUNAI parece se resignar a acompanhar o caos gerado a certa distância. Resulta daí que as parentelas que vivem nas reservas estão entregues à própria sorte, vendo, atualmente, sua organização política interna entrar em colapso e os problemas se avolumarem a um nível nunca antes imaginado.

É flagrante a omissão do Estado em se responsabilizar pela resolução dos problemas nas reservas por ele criadas. A ação de regularização fundiária, que resolveria o problema de muitas comunidades recolhidas em reservas, fica retida na burocracia estatal. A seguridade social da população recolhida nas reservas encontra-se comprometida, a despeito dos vultosos investimentos em programas sociais, cujos resultados não convergem para o fortalecimento das parentelas e a promoção da convivência mais harmônica.

A dificuldade em consolidar parentelas fortes e integradas na reserva faz com que seus membros vivam em constante tensão, intensificando o movimento de tentativas de agregação e de

novas desagregações de indivíduos e famílias nucleares. Os Kaiowá e Guarani afirmam que as dificuldades de convivência nas atuais reservas se refletem no alto grau de tensão, violência e insegurança, apontando como causa o fato de viverem com pessoas que não são parentes ou aliados. Para eles, a humanidade se expressa em viver entre parentes, como parentes. O ideal é que todos os corresidentes em determinada comunidade se reconheçam como parentes ou, no mínimo, como parente de parente, que pode ser afim ou consanguíneo (Pereira 1999).

Atesta-se que a imposição da reserva representou um enorme golpe na vida dos Kaiowá e Guarani. A crise de funcionalidade na organização social, no sentido de apresentar soluções viáveis para os problemas de convivência entre famílias, é um fenômeno já identificado nas décadas de 1940/50, quando Schaden realizou suas pesquisas nas reservas de Mato Grosso do Sul. Segundo o autor,

[...] o ritmo da desorganização social está em função do esfacelamento da primitiva família-grande. E em muitos grupos da atualidade a família-grande já não pode subsistir pelo simples fato de ser precária a existência da própria família elementar. (Schaden, [1952]1974, p. 71).

Passados cerca de sessenta anos desde as pesquisas de Schaden, é possível constatar que a situação só piorou nas reservas, e o Estado e a sociedade acumulam enorme dívida histórica em relação ao destino dessas etnias.

O entendimento da crise na organização social kaiowá e guarani atual deve ser analisada tendo em consideração os papéis desempenhados pelos “levantadores de parentela”, como aponta Pereira (2004). A violência nas reservas está diretamente relacionada com a impossibilidade dos líderes de parentelas seguirem agregando e orientando seus parentes. Mas é necessário perguntar: como eles poderiam seguir desempenhando seu papel se não dispõem do espaço físico necessário para produzirem seu modo próprio de ser?

Parece existir hoje carência de líderes com prestígio suficiente para “encabeçar” parentelas. As dificuldades colocadas para a atuação desses líderes faz com que grande número de indivíduos e famílias nucleares se desloque com frequência de uma a outra reserva, ligando-se ora a uma parentela, ora a outra, procurando compor com a parentela com mais coesão e que ofereça a necessária proteção e segurança em termos políticos, econômicos e religiosos. O enfraquecimento de líderes reconhecidos pelos seus parentes como conselheiros e orientadores intensifica os focos de tensão e violência nas reservas. Pensar soluções para o problema da violência passa necessariamente pelo fortalecimento destes líderes. Para que isso ocorra, duas condições parecem imprescindíveis: cada parentela deve dispor de espaço físico suficiente para sua reprodução e as agências indigenistas devem levar estes líderes em consideração.

O movimento das lideranças: em busca do tekoharã

A recente tese de doutorado de Spensy Pimentel (2012) e a dissertação de mestrado de Tonico Benites (2009) descrevem com riqueza de detalhes como as lideranças kaiowá e guarani ampliaram a consciência do processo histórico altamente desfavorável, imposto às suas comunidades, a partir da criação das reservas. Com essa consciência, passaram a agir positivamente para a reversão dessa contingência histórica. Na década de 1980, acompanhando o processo de abertura política, iniciou-se uma série de reuniões entre lideranças de Terras Indígenas não regularizadas. O surgimento desse movimento indígena foi relatado em diversos estudos, tais como Brand (1993, 1997), Tomás de Almeida (2001), Rossato (2002), Pereira (1999, 2004), entre outros. Essas reuniões ganharam maior destaque quando passaram a fazer parte das *aty guasu*, grande assembléias que reuniam lideranças de várias comunidades.

No final de década de 1980, as lideranças mobilizadas em torno da demanda de reconhecimento de suas terras de ocupação tradicional, forjaram a denominação "áreas de conflito" para designar as terras por eles reivindicadas. A intenção da denominação era fazer a distinção entre as áreas de ocupação tradicional e as antigas reservas demarcadas pelo SPI. Mas a distinção, segundo entendo, não se restringia a distinguir localizações físicas, mas espaços sociais. As lideranças percebiam a reserva como espaço de dominação que cerceava a liberdade e impedia qualquer iniciativa de autonomia. Por outro lado, o retorno ao espaço de ocupação tradicional de suas comunidades era visto como oportunidade de se recomporem enquanto comunidades políticas autônomas.

A partir de 2010, já após o lançamento dos Grupos de Trabalhos oriundos do Compromisso de Ajustamento de Compromisso – CAC, em 2008, estabelecido entre lideranças indígenas, FUNAI e Ministério Público Federal, prevendo prazo para a realização das demarcações das terras indígenas kaiowá e guarani, as lideranças passaram a utilizar o termo "*tekoharã*", para denominar as terras reivindicadas. A mudança na denominação dos territórios em reivindicação - de áreas de conflito para *tekoharã* -, reflete o amadurecimento na percepção desses espaços, ou seja, "áreas de conflito" é um rótulo que recebe uma conotação negativa, pois, na cosmologia kaiowá e guarani, o conflito tem implicações morais associadas ao *teko vai*, o modo imperfeito de ser. Por outro lado, "*tekoharã*" expressa uma conotação positiva, aponta para o futuro, para um espaço de construção de relações mais harmônicas. Assim, *tekoharã* indica o espaço destinado a reabrigar a comunidade que ali já vivia, de acordo com seus usos, costumes e tradições, onde poderá realizar o *teko porã*, o modo correto de ser. Expropriada de seu território, a comunidade passou a vagar por outros espaços, já intensamente ocupados e nos quais era impossível realizar plenamente as práticas culturais. Reaver os territórios de suas comunidades torna-se fundamental para recomporem-se plenamente como

comunidade. Nesse sentido, o *tekoharã* aponta para uma intencionalidade, a recomposição de solidariedades danificadas pelo violento processo de expropriação do território.

Referências

- BENITES, Tonico. *A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009.
- BRAND, Antonio. J. *O confinamento e seu impacto sobre os Paî-Kaiowá*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre. 1993.
- _____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre. 1997.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1939.
- MELIÀ, Bartomeu; GRUNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. Los Paî-Tavyterã: etnografia Guarani del Paraguai contemporâneo. *Separata del Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo*, Centro de Estudios Antropológicos de La Universidad Católica, Assunción, v. 9, n. 1-2, 1976.
- PEREIRA, Levi Marques. *Parentesco e Organização Social Kaiowá*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 1999.
- _____. *Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.
- PIMENTEL, Spency Kmitta. *Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.
- ROSSATO, Veronice Lovato. *Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: Será o letrado ainda um dos nossos?* Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2002.
- SCHADEN, E. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, 30ª Ed. São Paulo: EPU/EDUSP, [1962] 1974.
- TOMÁS DE ALMEIDA, R. F. *Do Desenvolvimento Comunitário à Mobilização Política: o Projeto Kaiowa-Ñandeva como Experiência Antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.
- WATSON, James B. (1952), "Cayua culture change: a study in acculturation and methodology". *American Anthropologist*, memoir number 73, v. 54 (2/2).

Recebido em 9 de Maio
Aprovado em 16 de Maio